

**Intervenção proferida pelo
Deputado Cláudio Lopes na Sessão
Legislativa de Janeiro de 2004.**

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Na minha primeira oportunidade que tenho em falar desta tribuna, nesta casa que representa a casa comum de todos os Açorianos, e perante os mais legítimos representantes políticos dos povos destas ilhas que constituem a nossa Região, é a si Senhor Presidente que gostaria de dirigir a minha primeira palavra.

Antes de mais para lhe manifestar a minha total disponibilidade para cumprir com o artigo 27.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, muito em especial no que se referem as alíneas d) e f) deste mesmo artigo e que se traduzem no meu dever em respeitar a dignidade desta Assembleia e de todos os que nela têm assento e contribuir para a eficácia e o prestígio dos trabalhos desta Assembleia.

Saúdo assim agora Vossa Excelência Sr. Presidente como representante do Órgão máximo da nossa Autonomia, agradecendo a boa relação institucional que ao longo destes anos me ofereceu, no âmbito das minhas anteriores funções, esperando que ela assim se mantenha neste novo contexto do cargo político que passo agora a exercer.

Ao Senhor Presidente do Governo Regional e aos Senhores Secretários Regionais, bem como a todos os colegas deputados dos vários grupos parlamentares, a minha saudação e também um desejo do estabelecimento de uma relação de trabalho político profícua, cordial e de respeito recíproco.

É uma honra representar nesta Assembleia a Região e um gosto muito especial poder, no desempenho da minha função, ser mais uma voz a juntar aqueles que hoje e sempre têm pugnado pelos interesses da ilha do Pico e dos picoenses em geral.

Permitam-me uma referencia especial, neste momento, ao ex-deputado e ex-governante Manuel Azevedo, relevando aqui, o seu importante contributo como político servindo a Região. Daqui lhe dirijo

votos de boa saúde, expresso também a minha vontade e o meu desejo de ser seu digno sucessor nesta Assembleia.

Marcando esta minha primeira intervenção com generalidades, e deixando assim para futuras iniciativas a abordagem concreta e objectiva de assuntos do interesse específico do Pico e dos picoenses, gostaria de deixar aqui duas ou três reflexões:

- A primeira é a de que é com muito gosto que sirvo a política especialmente porque sinto que através dela posso servir a causa pública.

A política pode e deve ser uma actividade muito digna. Saibam assim os seus protagonistas exercê-la com dignidade.

Face à grande exposição a que está sujeita o político, este tem que ser uma referência pública positiva e não uma referência negativa.

Quando tal deixar de acontecer, cai no descrédito o político que assim contribui para a desvalorização da política.

Estar hoje na política, mais do que nunca, é também ter a capacidade de resistir à adversidade, ao imponderável e sobretudo, a incompreensão primária e quantas vezes ao ataque gratuito de que a natureza humana também é capaz.

O que deve mover a vontade de um político é servir a causa pública.

Mas servi-la de boa fé.

A partidarite que é manifestada de vez em quando por vários agentes da política é um mal que mancha a própria acção política.

- A segunda reflexão que aqui gostaria de deixar é de que me considero um dos da nova geração de açorianos, interessados em apostar o melhor de si próprio na construção do futuro dos Açores, e me orgulho de pertencer aos açorianos que, felizmente, não sentem mais a pressão da necessidade de abandonar a sua terra para poder encontrar uma oportunidade de vida para si e para os seus.

Esta deverá ser de facto a maior vitória da autonomia regional.

Apesar disso, quando se olha e conhece bem cada uma das nove ilhas, também se reconhece que ainda hoje nos Açores, não estamos propriamente numa região do país das maravilhas.

Mas certamente que também não ignoramos o quanto de bom e importante foi feito em todas estas ilhas, de Santa Maria ao Corvo em 28 anos de autonomia regional.

Esta Assembleia e os sucessivos Governos que dela emergiram e por ela foram apoiados, desde o primeiro ao actual, desempenharam importante tarefa na construção de infra-estruturas e estruturas em toda a Região, oferecendo assim mais e melhor condições para que os açorianos que resistiram a sair das ilhas pudessem ter uma vida mais digna e mais próxima dos padrões de vida do todo nacional.

A este processo de desenvolvimento e progresso dos Açores, não esteve alheio o importante trabalho desenvolvido pelo Poder Local, câmaras municipais e juntas de freguesia, que pela sua grande proximidade das populações souberam melhor e mais eficazmente dar respostas adequadas aos anseios das mesmas, contribuindo assim para a satisfação das necessidades mais prementes e para aproximação de todos os Açorianos em matéria de bem estar social, cultural e económico.

Diria mesmo que o importante combate às grandes assimetrias entre os açorianos residentes nas diversas ilhas tem sido feito pela acção e influência do poder local regional.

E é lamentável ver-se, por vezes, o Poder Local ser tratado pelos Governos como parente pobre da governação deste país e nas regiões autónomas em particular.

Em vez de lhes ser oferecida solidariedade e parcerias conducentes a um objectivo que deveria ser comum que é servir melhor a causa pública, pelo contrário olha-se para o Poder Local como se fosse por vezes "uma pedra no sapato".

Na nossa Região, em particular, desejava ver a Administração Regional e a Administração Local partilharem o mesmo desafio: o desenvolvimento dos Açores e servir melhor todos os açorianos.

Continua, portanto, a pertencer à classe política na Região uma importante responsabilidade na construção dos Açores.

Os políticos que são chamados à responsabilidade de governar, têm mais é a obrigação de fazer, e não de pensar que pelo facto de fazer algo aqui ou ali, estão a prestar um favor a alguém a quem depois parece quererem exigir algo em troca, como se não se tratasse de uma obrigação dos governantes e de um direito dos governados.

Os políticos que têm a obrigação de acompanhar de perto a acção governativa, como é o caso dos Deputados, cabe-lhes também a obrigação de reconhecer quando essa acção é boa mas de denunciar quando ela não é boa e pode ser muito melhor.

Durante dez anos ao serviço do Poder Local nas Lajes do Pico creio ter feito o que podia e sabia para o bem daquele Concelho e das suas populações.

E se muitas vezes fui elogiado também muitas vezes fui criticado.

E confesso-vos que se me sentia bem com os elogios, considero que me foram muito mais importantes as críticas, pois contribuíram para a melhoria da minha prestação pública.

Só quem nada faz é que não é criticado e a melhor característica de um político é conviver tranquilamente com a critica.

Agora investido nesta nova função, e pela natureza da mesma, tenho essa grande obrigação atrás referida: a de reconhecer e de denunciar a acção governativa, reclamando mais para a minha terra.

Espero pois corresponder àquilo que esperam de mim, e espero também receber a compreensão dos meus interlocutores.

O meu interesse pela política não é mais do que o resultado do meu interesse pela minha Ilha e pela minha Região.

Disse.